

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

14/11/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## **Bolsonaro vai manter Trabalho com status de ministério**

O presidente eleito Jair Bolsonaro disse ontem que a pasta do Trabalho será mantida com o status de ministério. A afirmação ocorre depois de ele ter anunciado que a pasta seria extinta. "Vai continuar com o status de ministério, não vai ser secretaria", disse o presidente eleito depois de visitar o Superior Tribunal Militar (STM). Mais cedo durante visita ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), Bolsonaro afirmou que a estrutura do ministério será absorvida por outra pasta, mas não indicou qual. "Eu não sei como vai ser, está tudo com Onyx Lorenzoni (ministro extraordinário da transição) e mais algumas pessoas que trabalham nessa área, e temos tempo para definir", disse o presidente eleito.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/11/2018

## **Gilmar Mendes trava pagamento de ações na Justiça de planos econômicos**

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu a execução de pagamentos aos poupadores que já haviam garantido na Justiça o direito das correções pelas perdas de planos econômicos. A decisão monocrática é do dia 31 de outubro. Gilmar é relator de um dos recursos extraordinários sobre a defasagem na poupança. As ações se referem aos planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991). O ministro atendeu a pedido do Banco do Brasil e da AGU (Advocacia-Geral da União). A instituição financeira e o órgão do governo argumentam que as liquidações e o cumprimento das sentenças desestimulam a adesão dos poupadores ao acordo para a correção das perdas. A AGU, a Febraban (federação dos bancos), a Febrapo (entidade dos poupadores) e o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) chegaram a um entendimento no fim de 2017.

O acordo foi homologado em março pelo STF, e as adesões começaram a ser feitas em maio deste ano. "O insignificante número de adesões pelos clientes do Banco do Brasil prejudica o objetivo maior do acordo, que é garantir o direito dos particulares e facilitar o pagamento da dívida pelas instituições, mantendo a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional", escreveu Gilmar. Como a adesão é espontânea, ações individuais continuam a correr na Justiça. Nelas, os poupadores podem receber um valor maior do que o oferecido no acordo –em alguns casos, segundo advogados, até 80%. Porém, dar continuidade ao processo tende a retardar o recebimento das correções.

A decisão de Gilmar prejudica os poupadores que já haviam vencido ações judiciais e não haviam aderido ao acordo. Já estavam suspensos processos que ainda tramitavam e dos quais cabem recursos. A estimativa da AGU era que cerca de 1 milhão de poupadores aderissem à oferta de correção e retirassem suas ações da Justiça. Os acertos teriam impacto entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões na economia. A adesão não obteve o sucesso esperado, tanto pelo governo quanto pelos bancos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 14/11/2018

## Promessa de corte de 30% de cargos políticos em bancos estatais

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse na tarde de ontem que pretende cortar “no mínimo” 30% dos cargos políticos nos bancos federais. Em conversa com jornalistas no Superior Tribunal Militar (STM), ele confirmou reportagem publicada ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo que sua equipe prepara um “penteno” para mapear indicações partidárias no Banco do Brasil (BB), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Banco do Nordeste (BNB) e no Banco da Amazônia (BASA). “Pretendemos diminuir (o número de cargos) e colocar gente comprometida com outros valores lá dentro”, afirmou. A uma pergunta sobre o “cabide” de empregos nos bancos federais e autarquias, Bolsonaro afirmou que a equipe do economista Paulo Guedes, escalado para o ministério da Economia, irá “rever” as estruturas das instituições. “Vamos diminuir isso aí”, ressaltou O presidente eleito disse “concordar” que há um “exagero” no número de comissionados e citou o quadro de funcionários dos ministérios. Na entrevista, ele voltou a destacar que pretende dar transparência às operações do BNDES, uma bandeira de campanha. “No BNDES, o sigilo vai ser zero”, disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/11/2018

## Projeto regula trabalho de grávidas

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado Federal aprovou ontem projeto de lei que regulamenta o trabalho insalubre para grávidas e lactantes. O assunto foi tratado em uma medida provisória que caducou em abril deste ano, porque não foi votada pelo Congresso. O texto da MP era parte de um acordo do governo para que se aprovasse a reforma no Senado sem alterações, ou o texto teria de voltar para a Câmara. Por isso, pontos como a permissão de trabalho para grávidas e lactantes trabalharem em locais insalubres foi tratado no texto a parte, que não foi votado e por isso perdeu validade. Segundo o projeto do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), só poderá trabalhar em local de insalubridade mínima ou média gestante que apresentar laudo de médico de confiança atestando sua capacidade de seguir trabalhando no local. A questão do trabalho insalubre para grávidas e mulheres em fase de amamentação está também em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal), que ainda não decidiu sobre a questão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 14/11/2018

## Taxa de informalidade de novos ocupados chega a 74% em pesquisa Dieese

A taxa de informalidade entre as pessoas que entraram no mercado de trabalho atingiu 74,2% de 9,4 milhões de pessoas que começaram a trabalhar no segundo trimestre. O valor é muito maior do que os 39% de informalidade em relação ao número total de pessoas empregadas no país, que são 91,2 milhões de ocupados. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (13) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O saldo final foi de 600 mil trabalhadores a mais no mercado de trabalho, passando de 90,6 para 91,2 milhões, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2018. A rotatividade, no entanto, continua alta: 8,8 milhões que estavam ocupados ficaram desempregados ou saíram da força de trabalho, em contraposição aos 9,4 milhões de inativos ou desocupados que conseguiram trabalho. A conclusão do Dieese é que a maioria dessas pessoas que entraram no mercado de trabalho no segundo trimestre ingressou em trabalhos precários: maior informalidade, menor cobertura previdenciária, ocupações típicas de uma economia com baixo dinamismo (especialmente para as mulheres) e rendimentos inferiores à metade do mercado de trabalho em geral.

Leia mais: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>